



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Chan Meng Kam

Em cumprimento do despacho do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Chan Meng Kam, de 30 de Dezembro de 2013, enviada a coberto do Ofício n.º 231/E173/V/GPAL/2013 da Assembleia Legislativa, de 31 de Dezembro de 2013 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 31 de Dezembro de 2013:

O Governo dá grande importância às necessidades básicas de habitação dos residentes, prosseguindo a acção governativa de “habitação para todos, bem-estar para todos”, e tem, continuamente, vindo a dispor dos recursos públicos com rigor, através da implementação de diferentes medidas e políticas constantes e a desenvolver de forma adequada e activa os empreendimentos de habitação pública, de acordo com uma ordem de prioridades e urgência, bem como dentro dos princípios e das suas capacidades, apresentando claramente a política de habitação pública, “tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário”, de modo a apoiar as famílias com reais necessidades na resolução dos problemas habitacionais.

O concurso para aquisição das 1 544 fracções de habitação económica de tipologia T1 do Edifício Ip Heng terminou no dia 26 de Junho de 2013, o Instituto



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

de Habitação(IH) recebeu 15 038 boletins de candidatura, a lista definitiva do respectivo concurso foi publicada pelo IH, em 12 de Fevereiro de 2014, foram admitidas 11 942 candidaturas e realizará o sorteio informático para ordenação dos candidatos no final de Fevereiro, para proceder à selecção dos agregados familiares que reúnem os requisitos de candidatura para ocupação das fracções, de acordo com a ordem dos grupos prioritários: agregados familiares nucleares, agregados familiares não nucleares e candidatos individuais. O concurso para aquisição de diferentes tipologias de habitação económica iniciou-se em 18 de Dezembro de 2013 e termina a 17 de Março de 2014. Após o termo do prazo de candidatura e conclusão do trabalho, apreciação e verificação dos boletins de candidatura, este Instituto irá proceder à análise e estudo relativos às informações dos agregados familiares candidatos ao respectivo concurso e ao concurso para aquisição das fracções de habitação económica de tipologia T1, a fim de obter os respectivos dados, servindo também como base de referência no futuro planeamento de habitação pública.

Quanto à oferta de habitação pública, o Governo está a concretizar, de forma ordenada, o plano das dezanove mil fracções de habitação pública, no entanto, simultaneamente, está a promover, de forma contínua, o trabalho de construção de mais habitação pública, após a conclusão do plano das dezanove mil habitações públicas. Depois de proceder ao planeamento de pormenor, o Governo reservou terrenos para construção de cerca de 5 600 fracções de habitação pública, após a conclusão do plano das dezanove mil habitações públicas. No âmbito de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

desenvolvimento de longo prazo, o Governo irá reservar terrenos no planeamento urbanístico dos novos aterros, para apoiar o desenvolvimento de habitação pública e articular-se com o estabelecimento do regime de reserva de terrenos. Na 2.^a fase de auscultação pública do Plano Director das Novas Zonas Urbanas, foram apresentados dois anteprojectos para serem discutidos pela sociedade. Os anteprojectos têm previsto uma parte de terrenos reservados, onde poderão ser construídas fracções habitacionais com a área de construção cerca de 700 pés quadrados. No anteprojecto I, está prevista a construção de cerca de 33 000 fracções e no anteprojecto II prevê-se a construção de cerca de 43 000 fracções. Independentemente da apresentação de qualquer anteprojecto, o Governo — prometeu reservar uma percentagem adequada de terrenos com finalidade habitacional, nestas zonas, para a construção de habitação pública. Visto que o plano das novas zonas urbanas ainda se encontra na fase do plano director, o Governo irá proceder à terceira fase de auscultação pública no presente ano, no sentido de continuar a ouvir amplamente as opiniões dos residentes, para além da procura contínua do consenso geral da sociedade, tendo em conta a futura política de habitação e as concretas necessidades da sociedade, a fim de permitir determinar claramente quais os terrenos destinados à construção da habitação pública nas novas zonas urbanas.

Por outro lado, o Governo incumbiu a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, para proceder ao estudo sobre o tema: “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, e a publicação do relatório do estudo junto da



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

sociedade. A equipa de estudo apresentou várias opiniões e propostas principalmente sobre a oferta de terrenos, restrições de aquisição e de transmissão, o modelo de construção e venda, diplomas legais complementares, impacto desta política na política de terras. Actualmente, o Governo está a analisar as opiniões e as propostas concretas apresentadas no relatório do estudo elaborado pelas entidades académicas, a estudar e analisar profundamente sobre a sua eficiência, operacionalidade e âmbito político, e ainda a elaborar, com base no relatório de estudo, o seu plano de consulta pública, de modo a realizá-la com a maior brevidade possível, permitindo assim à população apresentar as suas opiniões e sugestões sobre o estudo, para então realizar um debate mais profundo sobre a — matéria. Por fim, o resultado da respectiva consulta servirá como importante referência para a determinação da política concreta da habitação pública.

A partir da entrada em vigor da “Lei da habitação económica”, vigente, em 1 de Outubro de 2011 até à presente data, passaram somente pouco mais de dois anos, pelo que, é necessário ponderar de forma cuidadosa as opiniões e sugestões apresentadas pela sociedade em relação à alteração da respectiva lei.

A Presidente do IH, Subst.^a,

Kuoc Vai Han

26 de Janeiro de 2014